

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

EMERSON DA S. SOUSA

“A grande imprensa e os operários” - O jornal *O Estado de S. Paulo* e sua atuação durante a greve geral de 1917.

GUARULHOS

2022

EMERSON DA S. SOUSA

“A grande imprensa e os operários” - O jornal *O Estado de S. Paulo* e sua atuação durante a greve geral de 1917.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade Federal de
São Paulo como requisito parcial para a
obtenção do grau em Bacharel e Licenciatura
em História.

Orientadora: Prof^ª Dr. Edilene Toledo

GUARULHOS

2022

Na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita desse trabalho no Repositório Institucional da UNIFESP ou em outro meio eletrônico da instituição, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico para fins de divulgação intelectual, desde que citada a fonte.

SOUSA, Émerson da Silva.

“A grande imprensa e os operários” - O jornal *O Estado de S. Paulo* e sua atuação durante a greve geral de 1917. 43 pg.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e Licenciatura em História). – Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Orientação: Prof^a. Dr. Edilene Toledo.

“The mainstream press and the workers” - The newspaper *O Estado de S. Paulo* and its performance during the general strike of 1917.

1. História Social do Trabalho 2. Primeira República 3. História da imprensa I. Edilene Toledo II. “A grande imprensa e os operários” - O jornal *O Estado de S. Paulo* e sua atuação durante a greve geral de 1917.

EMERSON DA S. SOUSA

"Oligarquia ilustrada" - O jornal *O Estado de S. Paulo* e sua atuação durante a greve geral de 1917.

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade Federal de
São Paulo como requisito parcial para a
obtenção do grau em Bacharel e Licenciatura
em História.

Aprovado em:

Prof^a. Dr^a. Edilene Toledo

Prof. Dr. Janes Jorge

Prof. Dr. Luigi Biondi

GUARULHOS
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente a minha família, em especial aos meus pais que mesmo sem terem terminado o ensino fundamental I, e nunca tendo a possibilidade de recursos financeiros para dedicar à educação, sempre foram grandes incentivadores, e sei que ver o filho em uma universidade pública lhes deu muito orgulho. Outra parte fundamental a partir de meados do curso de graduação eu dedico a minha companheira Gabriela, e seu apoio irrestrito, mesmo diante de tantos momentos adversos em nossas vidas, nunca permitiu que eu desistisse desse sonho, e claro, com a chegada do nosso filho Antônio, tudo se intensificou, e com certeza essa pesquisa é especialmente para mostrar a ele que mesmo um filho de um fresador e uma empregada doméstica pode alcançar o sonho de se formar em uma ótima instituição pública como a UNIFESP.

Lamento muito que esse momento de conclusão do curso seja em meio a uma pandemia, em um governo que contribuiu deliberadamente para que ela se tornasse e permanecesse impactando tanto as nossas vidas.

Agradeço ao departamento de História, aos professores com quem pude desfrutar excelentes unidades curriculares, e em especial a minha orientadora, a professora Edilene Toledo, pela sua paciência e direcionamentos, nesses longos anos de graduação.

RESUMO

Este trabalho de monografia consiste na análise da atuação, durante a greve geral em 1917, na cidade de São Paulo, do periódico O Estado de S. Paulo. Buscamos através das fontes recolhidas no acervo do próprio jornal e da bibliografia escolhida, traçar um perfil da atuação durante o período da greve, levando em conta sua posição dentro da imprensa naquele período, no establishment político e frente às questões sociais provocadas a serem observadas e discutidas frente à sublevação da classe operária. Frente ao contexto de uma São Paulo que se industrializava, a base principalmente de mão de obra imigrante, e o quanto esse movimento buscava para além de reivindicações imediatas construir um movimento operário forte e que pudesse fazer frente à exploração aviltante a que os trabalhadores eram submetidos.

Palavras-Chave: História do trabalho; História da imprensa; Primeira República, Greve e Organização dos trabalhadores.

ABSTRACT

This monograph work consists of the analysis of the performance during the general strike in 1917 in the city of São Paulo, through the periodical O Estado de S. Paulo. We searched through the sources collected in the collection of the newspaper itself and the chosen bibliography, tracing a profile of the performance during the period of the strike, taking in its position within the press at that period, in the political establishment and front as social causes to be observed and class candidate against workers' uprising. Faced with the context of a São, it was being industrialized, mainly of immigrant labor, and what sought movement beyond anticipating the previous movement to strong and that could make a demeaning exploitation to be changed.

Keywords: Work history; History of the press; First Republic, Strike and Workers' Organization.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	8
1. A Greve Geral de 1917 nas páginas de <i>O Estado de S. Paulo</i> . Uma tentativa de análise sobre a atuação do periódico e suas implicações.....	10
CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1 - Introdução.¹

São Paulo, sobre os paralelepípedos, trilhos dos bondes, as chaminés e apitos que ecoavam das fábricas, de uma indústria que se desenvolvia, os trabalhadores se locomovem. Saindo em sua grande maioria de moradias precárias, cortiços, pensões vilas operárias, a cidade é, naquele momento, moldada por eles, mas não para eles. Além de estarem enfrentando baixa nos salários, carestia e aumento no custo de vida, mesmo com crescimento da produção, devido principalmente às exportações¹. No cenário de guerra, eles, que mantinham o funcionamento da economia, se viram desamparados. Esse é o cenário, o plano de fundo, mas, tangível, que podemos esboçar da capital do então estado que se tornava o mais rico da jovem República, enriquecida e prestigiada pelos lucros advindos a oeste, principalmente oriundos do café, que até pouco tempo seu fruto era colhido por mãos ainda em regime escravista, mas no período aqui estudado, são as mão de colonos pobres que fugindo da miséria, em grande parte do campo europeu, e dos conflitos sejam internos ou generalizados da primeira grande guerra, buscaram nesta terra um novo futuro.

No ano para o qual nossa atenção estará voltada, uma grande parcela desses imigrantes, já haviam feito o caminho de volta ao seu ponto de partida, a cidade de São Paulo, da qual partiam para as fazendas, e engrossavam as fileiras de operários, juntamente com as mulheres e crianças, que em alguns ramos, principalmente na tecelagem, eram a grande maioria da mão de obra.

1917, um ano emblemático, para sermos modestos, marca não só uma grande retomada na luta da classe operária em São Paulo, como em meio à 1ª Guerra Mundial, a revolução dos soviets irá mudar o século XX até o seu final.

Outro ponto importante que não pode ser deixado de lado, é que partimos do pressuposto de usarmos conceitos não muito mais em voga, um deles é o de classe.

¹ Estas estão interligadas ao cenário internacional de desenvolvimento, vinculado à rápida expansão para outros pólos devido à Primeira Guerra. O afluxo de imigrantes que deixam o campo e se deslocam para a cidade de São Paulo. Com o foco em se auto abastecer nos países que estão no conflito no continente europeu, e os EUA também direcionando para eles a sua produção que se intensificava. O Brasil percebe a necessidade de paulatinamente aumentar sua indústria e consequentemente o operariado cresce, aumentando gradativamente a sua presença na cidade de São Paulo, e sofrendo com as consequências que buscamos tratar nas páginas que se seguem.

Uma autora que estudou o movimento paredista de 1917, Khoury, em sua obra traz um panorama dos acontecimentos, de forma até breve, e seus desenrolares. Ela considera que o acesso às fontes era, no período da pesquisa, muito dificultado, tempos longínquos sem hemerotecas e acervos digitalizados, mas nos mostra algumas reflexões sobre organização da classe operária muito válida, ao nosso ver, para analisarmos um jornal da grande imprensa e seus olhares para essa classe, como observamos no trecho abaixo:

“Atentamos para o prisma de que uma classe se define como tal a partir de suas condições objetivas e de sua relação com as outras classes; estas ou frações delas, na luta pelos seus interesses dentro do sistema, organizam-se segundo as possibilidades dadas por suas condições específicas. Se, por um lado, sua organização é orientada pelas condições concretas de existência, por outro, esse mesmo nível de organização influi no modo de ação e no limite das conquistas, na relação com as outras classes.”²

Nesta pesquisa, abordaremos a já muito esmiuçada Greve Geral de 1917, nos concentrando nos acontecimentos ocorridos na capital paulista, para fins de recorte espacial, proporcionado também pelo recorte temporal através das fontes consultadas, fontes essas que se baseiam nas edições do periódico ainda em atividade *O Estado de S. Paulo*³.

O jornal *OESP* foi consultado com o objetivo de tentarmos entender quais os impactos da organização, mobilização operária, a partir de um representante da grande imprensa, fortemente ligado às elites econômico-políticas do estado, sua atuação no comitê de negociação, onde tentou realizar o “meio de campo” entre a classe patronal e as lideranças da classe operária, e, claro, como os acontecimentos, o desenrolar da greve, apareceram em suas páginas. Foram tratados de forma secundária ou ocuparam espaço de destaque? Editoriais foram dedicados aos pontos mais sensíveis de reivindicação dos grevistas?

² KHOURY, Yara Aun. *As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1981 pg. 07

³ Para efeito de simplificar a compreensão do texto, o jornal *O Estado de S. Paulo* será abreviado em “*OESP*”, sem que cause prejuízo para a leitura e análise da pesquisa.

São algumas das perguntas que nortearam essa pesquisa, e esperamos a partir delas desenvolver, na medida do possível, outras questões como as referentes à situação do trabalho infantil, feminino, a participação na organização e os desafios impostos às mulheres operárias, e outros que permeiam o movimento paredista em 1917.

As fontes primárias que foram utilizadas nesta pesquisa ficaram circunscritas às edições dos meses de março a setembro do ano de 1917, dado o caráter de uma monografia ter maior restrição de tamanho e forma, e por termos optado por uma bibliografia que pudesse ser mais aprofundada referente ao *OESP* e sua composição como parte da grande imprensa no período delimitado anteriormente.

Considerando que a bibliografia que gira em torno da história da imprensa e da história social do trabalho, e o tema da greve em 1917 já tem uma grande discussão na historiografia paulista, queremos contribuir para as discussões, no que tange os motivos que levaram à eclosão do movimento, se ele teve apenas um direcionamento ideológico como é defendido por Lopreato⁴, ou como mais recentemente teve maior participação de movimentos políticos diversos⁵, não necessariamente tão antagônicos como já foi suposto.

1. A Greve Geral de 1917 nas páginas de *O Estado de S. Paulo*. Uma tentativa de análise sobre a atuação do periódico e suas implicações.²

Para continuarmos a tratar do que está sendo proposto na introdução desta pesquisa, precisamos falar muito brevemente, sobre a constituição do periódico sobre o qual nos debruçamos e delimitamos como a principal fonte de informações e de discussões nas próximas páginas, poderia fazer um grande resumo, quase um engodo sobre fatos, para alguns até um tanto conhecidos, para não tornar nada enfadonho, propusemos a nos valer da caracterização feita por Barbara Weinstein,

⁴ LOPREATO, Christina Roquette. O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

⁵ BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo. Fund. perseu Abramo. 2018

no apêndice, localizado na obra *O Bravo matutino*⁶, para contribuir com uma visão já estabelecida sobre o jornal em questão:

“De fato, O Estado de S. Paulo (ou *A Província de S. Paulo*, como foi chamado antes de 1889), foi criado especificamente para servir de porta voz de um grupo cada vez mais importante de paulistas liberais republicanos. Publicado pela primeira vez em janeiro de 1875 sob a editoria de Francisco Rangel Pestana, seus primeiros apoios financeiros e políticos incluíam Marinho Prado Junior (o irmão mais liberal de Antônio [Prado]) e Manoel Ferraz de Campos Sales, segundo presidente da República. Embora aqueles que primeiro o haviam apoiado fossem quase que uniformemente abolicionistas e republicanos, *A Província de S. Paulo* o foi apenas moderadamente até seus últimos anos de 1880, esperando assim evitar afastar financiadores potenciais e leitores dentro da classe alta paulistana⁷[...] Com a derrubada da República, *A Província* mudou tanto de nome como seu editor. Substituindo Rangel Pestana, que se demitiu em 1881 para assumir sua cadeira no Senado Federal, veio Júlio Mesquita, um jornalista republicano que recentemente havia sido eleito como um representante para a Assembléia Constituinte. A transição é mais notável por ser o começo da posição dominante da família Mesquita no staff editorial de OESP - uma posição que permaneceria, de forma modificada, até o presente (da publicação deste apêndice junto a obra já mencionada). Sob a editoria de Mesquita, uma mudança começou a acontecer na relação entre OESP e o Partido Republicano Paulista. A despeito de sua associação original com os republicanos, o jornal nunca se identificou abertamente com um partido político particular, e nos primeiros anos de 1900 ele parece não apenas ter permanecido independente como também ter se tornado de algum modo crítico do grupo político no poder. [...] Na verdade, a crítica limitada mas

⁶ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. Apêndice* - WEINSTEIN, Barbara. *Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária A cobertura da greve em O Estado de S. Paulo - 1902/1917.* São Paulo. Ed. Alfa-Omega 1980.

⁷ *Ibid.* pg 137-

contínua de OESP [...] aos republicanos, intensificada durante as próximas duas décadas, oportunamente levará o seu apoio entusiástico ao Partido Democrático no final dos anos 20⁸. Mas em certo sentido, o período de 1902 a 1917 [...] encontra OESP na sua fase política mais ambivalente, já tendo abafado seu apoio ao Partido Republicano, mas não tendo ainda estabelecido alianças com outros grupos organizados.”⁹

O longo trecho acima apresentado sintetiza a posição do periódico frente ao que vamos caracterizar como grande imprensa, pretendemos definir melhor mais à frente, com o auxílio das reflexões de Tânia Regina de Luca e Nelson Werneck Sodré, que, em suas obras sobre a história da imprensa no Brasil, tendem a caracterizá-la no início do século XX como resultante de mudanças técnicas e nas tecnologias disponíveis, estrutura organizacional e administrativa de forma paulatina, aumento na especialização das funções, da oficina gráfica até os altos cargos administrativos, que podemos chamar de uma industrialização da sua produção. Isso nos leva à concepção de grande imprensa, principalmente para Luca, para a qual essas mudanças, no fim do século XIX e início do XX, mudança de regime político, faz com que se consolide essa contínua mudança e crescimento em importância econômica e política num cenário que sai do local para o alcance mais amplo no país, com clara influência do que ocorre na Europa e Estados Unidos. Podemos assim pensar essa questão com esta colocação:

“A expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que é empregada. De forma genérica designa o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade,

⁸ Op. Cit Sodré, História da Imprensa, pg. 421, Após a morte de Mesquita em 1927, Armando de Sales Oliveira, seu genro e um líder democrata assumiu a diretoria do jornal.

⁹ Ibid, pg. 138

aparelhamento técnico, organizacional e financeiro.”¹⁰

E ainda podemos acrescentar fatores para além do cotidiano dos jornais propriamente ditos para essas mudanças e a construção desse conceito da grande imprensa como o temos hoje, Tânia R. de Luca complementa:

“É preciso ter presente que o período em apreço foi marcado pelo final da escravidão, instauração do regime republicano e seu ideal de reformar o ensino e disseminar o letramento, prosperidade trazida pelo café, crescimento dos centros urbanos e do setor de serviços, com particular destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, extensão da malha ferroviária, entrada de grandes levas de imigrantes e início de um primeiro surto industrial, circunstâncias que, a um só tempo, favoreciam e demandavam a circulação da informação.”¹¹

Com essas características onde a nossa fonte, o jornal O Estado de S. Paulo está inserido, acompanhado da sua caracterização e contextualização feita anteriormente com o auxílio do texto de Weinstein, temos uma panorâmica que poderemos encarar ao analisarmos as publicações em si, à luz da bibliografia escolhida, que tratou mais a fundo sobre a Greve Geral de 1917, que em grande parte, se baseia em documentos produzidos pela classe trabalhadora, e o que foi produzido pela grande imprensa, em especial ao OESP temos pouquíssima produção, como o caso do apêndice aqui muito consultado, mas como já com um bom tempo entre a sua publicação e essa pesquisa, a nossa análise tentará também se basear nas obras mais recentes sobre a greve e sobre a imprensa para não incorrer em anacronismos e colocações equivocadas, na medida do possível.

Como já foi dito na introdução, com o auxílio das duas obras que trazem o relato diário do movimento paredista, e destrincham seus personagens, acontecimentos (inserir nota indicando novamente as obras), vamos nos deter em

¹⁰ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. in História da Imprensa no Brasil. Martins, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Organizadoras. São Paulo. Contexto. pg. 149

¹¹ Idem, pg. 150

buscar nas edições às quais tivemos acesso através do próprio acervo histórico hemeroteca do jornal O Estado de S. Paulo¹² e nos deteremos a analisar em cima das matérias que tratam sobre a greve e seu desenrolar.

Como é colocado por Biondi e Toledo¹³ o movimento tem princípios de organização anterior ao período coberto pelas fontes analisadas, mas historicamente ela se inicia em 08 de junho de 1917 com a instauração da greve no Cotonifício Rodolfo Crespi, onde nas publicações dos dias que se seguem há um silêncio em suas páginas, durante todo o período da greve, ela só terá destaque na primeira página, no dia quatorze de julho no auge do movimento, nas demais edições ficará sempre relegada às páginas intermediárias, em seções como "*Notícias Diversas*" e "*Agitação Operária*".

Localizado em trinta de junho¹⁴ daquele ano alguma atenção dedicada ao movimento grevista e suas reivindicações, com o relato da intensificação da greve somente, ou melhor ainda, no Cotonifício Crespi, a decisão de lock out por parte da direção da fábrica, traz que para o patronato, em forma de denúncia a greve é fruto de "agitadores socialistas", não cedendo a negociação com os que se apresentam como representantes dos operários da fábrica, o que leva todos os setores a aderirem à greve. Na coluna, ainda relata-se que essas divergências levam os operários, as crianças e as operárias a saírem em manifestação ao centro de São Paulo, lembramos que o cotonifício ficava no bairro da Mooca, fazem parada em frente à redação do OESP. Chama a atenção, parece até o momento que a única reivindicação seria um aumento salarial, de vinte por cento, devido ao avanço da carestia de vida, e a elevação dos preços dos produtos de primeira necessidade.

No texto não se toca ou levantam-se possibilidades de outras reivindicações, inclusive já muito estabelecidas dentro dos movimentos da classe trabalhadora, não só no Brasil, um exemplo é a redução da jornada extenuante de trabalho, que devido ao aumento da demanda, em plena Primeira Guerra Mundial, com jornadas de 12, 14 horas diárias, a luta pela instauração das 08 horas, com descanso

¹² Consultado entre os meses de outubro de 2021 a janeiro de 2022 no site:

<https://acervo.estadao.com.br/>

¹³ BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo. Fund. Perseu Abramo. 2018

¹⁴ Edição do dia 30/06/1917, página 04 e 05.

semanal estava presente mesmo que o OESP ignorasse essa e outras reivindicações.

Em nove de julho¹⁵, segue o padrão de breve relato, dessa vez sobre o confronto que ocorreu em frente à fábrica Crespi no início da noite, onde os operários e operários com vaias e depois com pedras atacaram a guarnição policial que ali passava em ronda, fala sobre os policiais que se feriram, mas não traz relatos de trabalhadores feridos ou mortos. Não encontramos nesta edição e de dias anteriores, detalhes sobre o espraiamento do movimento paredista que avançava pelas fábricas como rastilho de pólvora, alcançando setores industriais para além do têxteis, como a de bebidas, moveleira, por exemplo. Fomentando ainda mais a organização proletária nas ligas operárias, concentradas nos bairros mais operários da época, que já em 1917 não ficavam na zona central da capital, onde a elite econômica se concentrava.

Já em dez de fevereiro¹⁶, na seção que normalmente relatava as situações da greve em "Notícias Diversas", em tom de editorial, fazendo discurso de legitimação corriqueira ao movimento de que suas reivindicações frente à carestia de vida, suas condições de sobrevivência e pacificidade eram elogiáveis e que as forças públicas de segurança estavam assegurando a paz, até apoiando o movimento, por ser uma causa justa, segundo o texto analisado, mas que, com o não atendimento daquilo que era reivindicado, segundo o periódico, sendo constantemente solicitado ao patronato. Sendo basicamente a contínua busca pelo aumento de salário em vinte por cento, mas como não havia posições satisfatórias, os ânimos se exaltaram e por isso, e somente assim justificaria a resposta violenta e repressiva por parte da polícia, e também o fechamento da Liga Operária da Mooca, e prisão de operários, como forma de assegurar aos próprios grevistas, segundo tenta demonstrar nesse artigo, essas ações eram naquele momento o mais acertado, e levaria à ordem, o que seria benéfico para o mesmo grupo que teria provocado a reação e o restante da sociedade.

Nesta mesma edição, em Agitações Operárias, o relato é bem mais detalhado dos acontecimentos nos últimos dias, sobre o avanço paulatino na adesão da classe

¹⁵ Edição do dia 11/07/1917, página 05

¹⁶ Edição do dia 10/07/1917, página 05.

trabalhadora, e em proporção à escalada repressiva que se adianta dia a dia. Enquanto isso, o movimento grevista, visto pela ótica do OESP, agora com sobressaltos, continuam a buscar as reivindicações mais rasas, o que aparentemente era o nível de aceitabilidade para as posições do jornal.

Descreve os conflitos em frente à fábrica Mariângela pertencente à família Matarazzo, que vai resultar em muitos feridos, inclusive com a morte do sapateiro espanhol José Gimenez Martinez, que nesta publicação é nomeado como Antonio Inez Martinez, cujo cortejo fúnebre resultará na imagem mais divulgada sobre as jornadas de julho de 1917. Também dá conta sobre a criação do Comitê de Defesa Proletária, voltado para a representação nas negociações das reivindicações, e um possível contato mais contínuo com a Confederação Operária Brasileira, com sede na capital federal, e com organizações no interior e litoral do estado.

Novamente recomendamos que para ter um maior acesso à narrativa detalhada desses acontecimentos, para além da visão proporcionada pelas fontes aqui escolhidas, a obra mais recente sobre o tema, voltada para a Greve Geral de 1917 continua a ser a obra dos historiadores Luigi Biondi e Edilene Toledo¹⁷. Não deixando de lado a obra da historiadora Lopreato¹⁸, mas nesta pesquisa corroboram com a visão dos primeiros que o movimento grevista e a organização dele, e da classe trabalhadora era permeado não só pelo movimento anarquista, e sim composta por socialistas, sindicalistas revolucionários, o que torna muito mais complexo, na nossa visão a atuação de cada um nessa conjunção que fomentou a maior greve até aquela data na cidade de São Paulo, e será uma experiência fundamental para a re-organização e luta constante da classe trabalhadora, não só para os operários da capital mas para o país como um todo.

¹⁷ idem ao anterior

¹⁸ Referência novamente a: LOPREATO, Christina Roquette. O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Anablume, 2000.



Imagem da paralisação frente às instalações do Cotonifício Rodolfo Crespi, o estopim para a Greve Geral.¹⁹

¹⁹ Extraída do site:

<https://artebrasileiros.com.br/wp-content/uploads/2018/03/Grevistas-em-frente-a%CC%80-Crespi-a-primeira-fa%CC%81brica-a-parar-em-1917-Foto-reproduc%CC%A7a%CC%83o.jpg>



Esta é a imagem mais emblemática e conhecida do movimento, o cortejo fúnebre do sapateiro espanhol José Gimenez Martinez. Detalhe: as bandeiras não eram negras e sim vermelhas.²⁰

²⁰ Pode ser consultada em:

https://outraspalavras.net/wp-content/uploads/2017/04/170424_greve-geral-1917.jpg



Imagem de comício durante, provavelmente, ponto crítico das manifestações.²¹

Essas descrições, parte essencial de suas obras, são melhor aplicadas para o dia a dia, o desenrolar dos fatos durante o período que compreende a greve. Reforçamos o caráter muito mais circunscrito de nossa análise frente às fontes recolhidas, com a contribuição dessas e outras obras que compõem a bibliografia consultada, que buscamos como arcabouço na tentativa de interpretar e apontar um posicionamento frente àquilo que as fontes dizem e deixam de dizer.

Visto que, a atuação do mesmo periódico poderia ser observada, sendo assim, levada ao escrutínio de pesquisas, sobre qualquer período ou evento histórico mais específico que revele aos olhos do interesse de historiadores, provocada pela perenidade deste veículo de imprensa e como argumenta Sodré, carrega consigo, inserido no capitalismo, controle da informação e a quem chega essa informação, gerando assim poder, sendo esse poder, pelo menos a vista da própria grande imprensa, seja em 1917 seja em 2022 fator até de regulação econômico-político no Brasil.

²¹ Pode ser acessado em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/21316835-660-3d3/materia/greve-1917.jpg>

Que há muito não é o mesmo do momento histórico aqui recortado, mas que busca com apoio desse poder regulador trazer novamente semelhante situação à classe trabalhadora, em prol de um programa, que como lá no início do século XX pouco continuam a lucrar às custas da grande maioria a sufocar, seja de fome, seja por uma pandemia a nível global ou o descaso como projeto político.

O que nos leva a supor, até aqui, o quanto a posição do OESP frente aos movimentos organizados da classe operária não seja tão ambígua assim durante o período de movimentação da Greve em si. É bem visível, nas publicações, e acreditamos que podemos incorrer por este caminho, baseando-nos nas análises que Thompson²² traz em seu artigo sobre a economia moral revisitada, um ponto que nos chama muita a atenção, como nas edições aqui já analisadas e nas que ainda serão expostas, como se o único gatilho para o levante seja a fome dos operários e seus familiares, suas experiências anteriores, suas organizações dentro do seu ramo de atividade, sobretudo, e em contato com os demais, e sem falar em demandas que englobam a classe como um todo, como mecanismo de defesa, não existiam para O Estado de S. Paulo. Thompson argumenta que os camponeses ingleses não eram motivados apenas pela fome, ao se sublevaram no campo, havia tradição, havia a ideia de direito e de justiça, havia mesmo organização, que demonstra que para além da fome e sua necessidade de ser saciada, existiam mais motivos para os movimentos no campo inglês no século XVIII, como é o caso das greves em São Paulo durante as duas primeiras décadas do século passado, em especial a essa que nos debruçamos com mais afinco.

A fome existia, não podemos negar, a guerra em território europeu, principalmente após a entrada dos Estados Unidos, faz com que o custo de vida se torne insustentável, com a faixa de valores dos salários nos patamares de anos anteriores, onde a produção industrial estava em baixa, mas naquele momento não era o cenário, muito pelo contrário, pelo mesmo soldo se trabalhava mais, ou seja, a mais valia multiplicava-se a passos largos, a não regulamentação dos trabalhos das mulheres principalmente durante a noite, a de menores de idade, e a eliminação do

²² THOMPSON, Edward Palmer. Economia moral revisitada. In: ———. Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

trabalho infantil, são algumas das reivindicações já muito debatidas e colocadas como fundamentais pelos operários da São Paulo de 1917. Onde essa situação fica pela sombra dos tipos metálicos em sua gráfica, não aparentam suportar, escrever colunas em que seu leitor distinto, percebesse talvez, mais próximo dos que sofrem do que com os que lutam, ou aflige sobremaneira a maior fonte de renda, os seus anunciantes, e claro aquela parcela em que suas opiniões podem mover peças importantes dentro do xadrez político republicano.

O que nos leva a analisar outra edição, essa do dia onze de julho, onde na seção Agitações Operárias é transcrito um panfleto, escrito por um grupo de mulheres grevistas, de apelo aos soldados da força pública de segurança, achamos que seria interessante também transcrevê-lo para melhor compreensão:

“Soldados! Não deveis perseguir os nossos irmãos de miséria. Vós também, sois da grande massa popular, e, se hoje vestís a farda voltareis a ser amanhã os camponeses que cultivam a terra, ou os operários explorados das fábricas e oficinas.

A fome reina nos nossos lares, e os nossos filhos nos pedem pão! Os perniciosos contam, para sufocar as nossas reclamações, com as armas de que vos armaram, oh! soldados.

Essas armas elles voi-as deram para garantir o seu direito de esfomear um povo.

Mas, soldado, não façais o jogo dos grandes industriais que não tem prática. Lembrae-vos que o soldado do Brasil sempre se opoz á tirannia e ao assassinato das liberdades.

O soldado brasileiro recusou-se no Rio em 81 a atirar sobre o povo, quando protestava contra o imposto do vintém, e, ao dia 13 de maio de 1888 recusou-se a ir contra os escravos que rebelaram, fugindo do captiveiro!

Que belo exemplo a imitar!

Não vos prestais, soldados, servir de instrumento de opressão dos Matarazzo, Crespi, Gamba, Hoffman etc... os capitalistas que levam a fome ao lar dos pobres...

Soldados!

Cumpri o vosso dever de homens!

Os grevistas são vossos irmãos na miséria e no sofrimento, os grevistas morrem de fome, ao passo que os patrões morrem de indigestão!

Soldados! Recusa-vos ao papel de carrascos!

S. Paulo, julho de 1917 - Um grupo de mulheres grevistas.”²³

Esse panfleto tem claro objetivo, vista a escalada da repressão e perseguição das lideranças do movimento grevista, a tentativa de enquadrar os soldados da polícia como também parte, não especificamente da classe trabalhadora, mas da população que permanecia na miséria, que era também como os operários atingidos em cheio com a situação em que se encontravam os pobres naquela cidade durante o ano em questão. É notável a clareza em colocar a repressão policial como arma do capitalismo para conter a classe trabalhadora como despossuída, e a tentativa de mostrar que o soldado estava sendo usado como meio de maltratar um igual, se pensarmos a situação de vida, em 1917, das duas categorias.

Provavelmente os pagamentos que os soldados recebiam, a carga de horas de trabalho e condições não eram muito melhores que a dos operários, e suas famílias também, provavelmente, sofriam com a carestia, mas mesmo assim, a repressão só aumentou, afinal como bem descreve o folheto, as armas são para defesa da propriedade e vida dos capitalistas, e não para defesa própria dos soldados, ou mesmo de toda a população. O panfleto tem objetivos claros, e é uma das raras vezes que o OESP traz uma mensagem direta produzida pelos grevistas, não encontramos senão em seus textos as suas observações, e como o movimento deveria agir, não explicitamente, mas o recado era sempre passado, medindo com uma regra de quem considera legítimas, até certo ponto, as reivindicações, mas não tolera que a autonomia crie riscos ao status quo vigente. Afinal, o posicionamento dentro da sociedade paulistana, por assim dizer, é de defesa de um progresso, mesmo que seja através de que não reconheça que a revolta por parte da classe operária não pode ser legítima.

²³ Edição do dia 11/07/1917, página 05. Panfleto que foi publicado em fac simile na edição indicada nessa nota.

No dia doze de julho²⁴, temos dois artigos, nas seções já descritas anteriormente, no primeiro, é feita uma explícita defesa do movimento, das reivindicações, é feita uma dura crítica à incapacidade e falta de ações aparentes pelos membros do legislativo e executivo, tanto municipal como estadual, julga que é por essa falta de atenção, visto que a situação insuportável dos operários se dá há muito mais tempo do que o que compreende a greve, pelo artigo, eles identificam que há quase 3 anos a situação para a grande massa de trabalhadores em São Paulo sofre com desemprego e a carestia de vida que só tendia a se acentuar sobre eles e suas famílias.

E como não identificam que o governo, como eles caracterizam, não se importa em atuar sobre essa situação há tanto tempo, naquele momento era legítimo o crescimento exponencial de trabalhadores paralisando, mesmo aqueles que já haviam conseguido alcançar suas demandas ainda estavam parados como forma de protesto e apoio aos seus, que ainda não haviam obtido êxito em suas reivindicações. Um claro movimento de consciência de classe, muito importante para a manutenção não só da greve mas também para que a organização proletária se torne novamente mais abrangente e com força para se manter combativa, como poderemos ver ao fim da greve mais adiante.

No outro artigo, é feita a descrição do cortejo fúnebre do sapateiro Martinez, desde a saída da zona leste da capital paulista, o trajeto, sendo acompanhado de perto pelas ruas estreitas do centro, até o cemitério do Araçá. O texto tenta demonstrar consternação pela morte, como aquilo foi um infortúnio na ação da polícia, mas também deixando subentendido que se os operários, se manifestando em frente à fábrica Mariângela, não houvessem “atacado”, a morte do jovem operário não teria acontecido, como se as forças pudessem ser equivalentes, mas como sabemos elas não são, e os motivos já foram debatidos anteriormente.

Ou seja, há uma tentativa nos dois textos desta edição do periódico, de através de uma “defesa”, daquilo que era aceitável nas reivindicações e objetivos da greve, que como sabemos era resultado de organização prévia, e vai resultar numa melhor forma organizacional posterior ao fim da greve, mesmo com toda repressão que veio. O ponto desta edição são os ataques sutis contra o establishment do

²⁴ Edição do dia 12/07/1917, páginas 04 e 05.

governo controlado pelo Partido Republicanos Paulista. O que vai se tornar um alvo das críticas, ora diretas ora mais sutis e camufladas com a descrição ou análise dos acontecimentos da greve.

No dia treze, a análise que segue dos fatos que vem ocorrendo, traz uma visão de que o governo, então começa a se movimentar para tentar intermediar as negociações, que não haviam chegado a algum acordo, que isso indicaria agora alguma sensatez por parte do governo. Ao mesmo tempo em que lamenta que os conflitos e a ação da polícia continuem a ser acentuados frente às manifestações ocorridas em dias anteriores.

E como já era de conhecimento que em alguns estabelecimentos fabris haviam ocorrido vitórias por parte dos operários, o conselho que o periódico oferece segue assim: “Em resumo: o movimento operário pode considerar-se vencedor. Nada mais resta agora que esclarecer e formar os termos definitivos do acordo e para isso basta um pouco de serenidade e de boa vontade.”²⁵

Após esse belo conselho, para não dizer coisa pior, é noticiado que em confronto, e que ainda com notícias desencontradas naquela mesma noite poderia ter ocorrido em torno de dezoito mortes provocadas pela polícia. Nas obras consultadas o total de mortes que foi assumida pelo estado é um insulto, visto que os números levantados são de aproximadamente 200 mortos durante a greve, a sua grande maioria enterrados em valas comuns no cemitério do Araçá, na calada da noite.²⁶

Em “Agitações Operárias”, na mesma edição, é colocada a tentativa de negociação por meio do governo com o patronato, que alega ter conseguido atender às demandas e que conclamava ao retorno aos postos de trabalho. Mas o que se vê nas próximas linhas, são tentativas de justificar a intensificação dos ataques repressivos ao movimento, pois se percebeu que a ação direta se tornou fato dentro da organização proletária, de modo a impedir que fura greves interrompesse as paralisações, principalmente no bairro do Brás e se alastrando durante o dia para a região central a “balbúrdia e terror”, uma grande “arruaça”, que atrapalhava o

²⁵ Edição do dia 13/07/1917, página 05

²⁶ BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo. Fund. Perseu Abramo. 2018

restante, ou melhor a grande maioria dos trabalhadores que aderiram à greve, manchando assim a sua imagem, frente à opinião e apoio popular.

“Descrever o que se passou ontem, principalmente depois do meio dia é tentar o impossível, os desordeiros vieram para o centro da cidade e forçaram o comércio a fechar. Foram depois para todos os arrabaldes, ainda os mais afastados e ali fizeram o mesmo. Chegaram a investir contra casas particulares, aprendendo-as. Assaltaram vendas e simples quitandas tirando para a rua e inutilizando o que lhes vinha à cabeça, tendo mesmo a loucura de maltratar crianças, como sucedeu na rua da Liberdade.”²⁷

Quem são essas pessoas desordeiras, descritas neste trecho da matéria, quantas são, são homens, mulheres? São jovens? Essas informações não são consideradas relevantes para quem escreve e para o veículo que a pública, é preciso sempre ter em mente que havia e ainda há necessidade de se expor que na grande imprensa, mesmo que se pinte com um verniz da imparcialidade, aquilo reflete a idealização de sociedade. A revolta urbana, no campo ou em ambos jamais será aceita, nada que fuja da aparente pacificidade de quem está sendo subjugado pelo capitalismo sua paciência eterna, terá respaldo ou aceitação.

O Comitê de imprensa entra em cena.

Agora entraremos na análise no período entre o dia 14 e 17, que são os mais decisivos para o desfecho da greve, e o início, agora "oficial", da participação da imprensa como interlocutora e mediadora do conflito social. Permitam, que por exceção, transcreva da edição do dia quatorze de julho a nota que traz a criação do Comitê de imprensa:

²⁷ Edição do dia 13/07/1917, página 05

“A greve.

Impressionados pelo estado de agitação em que se encontra a cidade de S. Paulo e pelas dolorosas ocorrências que se tem desenrolado nos últimos dias;

Considerando ao mesmo tempo para nela justifica semelhante situação, visto que não pareceu haver excessos de intransigência e nem do lado dos industriais, nem do lado dos grevistas, só faltando um meio prático e eficaz de se porem de acordo as partes em conflito.

Os representantes da imprensa, abaixo assinados, cedendo exclusivamente às simpatias que nutrem pela causa do operariado e ao desejo de ver a cidade restituída a ordem e a calma habituais, resolvem tomar a iniciativa de uma mediação entre os reclamantes. de um lado, e os industriais e representantes dos poderes públicos do outro, confiando em que seus esforços serão por todos bem compreendidos e sinceramente auxiliados.

Nesse intuito pedem ao comitê de Defesa Proletária que nomeie uma comissão autorizada a entrar em negociações com os industriais e com o governo por intermédio da comissão de imprensa.

Essa comissão de operários deverá comparecer a uma reunião amanhã, 14, às 16 horas, na redação do Estado, comprometendo-se os abaixo assinados, sob palavra de honra, a guardar absoluta reserva sobre tudo quanto for estranho aos termos exclusivos das últimas propostas formuladas pelos grevistas.

Estabelecido o mínimo das reclamações dos operários, será lavrada uma ata da reunião e a comissão de jornalistas procurará imediatamente entender-se com os industriais e com os representantes do governo no sentido de obter o máximo de concessões em favor do operariado.

A comissão abaixo assinada não só espera que por esta forma se encaminhe facilmente a desejada solução do atual conflito, como está convencida de que por outra maneira não se conseguirá por um termo feliz a tão complicada e perigosa situação.

S. Paulo, 13 de Julho de 1917.

João Silveira Júnior - Correio Paulistano

Valente de Andrade - Jornal do Commercio

Dr. Umberto Serpieri - Fanfulla

Dr. J. M. Lisboa Júnior- Diário Popular

Paulo Moutinho - Gazeta

Valdomiro Fleury - A Plateia

João Castaldi - A Capital

Paulo mazzoldi - *Il Picolo*

Nestor Pestana - Estado de S. Paulo

Amadeu Amaral - Estado de S. Paulo.

Nota - Faltam os representantes de outros jornais da tarde, que não foram encontrados devido a urgência das decisões a tomar, mas ficam convidados a incorporar a comissão, desde que estejam de acordo com o que ficou resolvido.²⁸

Notamos, então, que parte do discurso oficial do governo, e do próprio OESP de que a resolução estava encaminhada dias antes, era uma forma de buscar posicionar ou influenciar as ações que os operários deveriam seguir.

Não podemos nos esquecer, a grande imprensa necessita desse posicionamento em que busca uma imparcialidade, mesmo que ela não seja possível em termos concretos, o que observamos até aqui é um veículo de comunicação que como Weinstein coloca, assume uma posição liberal, em ambos os sentidos, e quando a luta dos trabalhadores, gera um distúrbio que aparenta não ser possível controle pelo estado, burguesia e seus meios de contenção, fica visível, e ficará ainda mais com a exposição das próximas edições, que o risco de colapso social, leva a esse setor da economia, que fomenta a opinião pública, que se formava no período, a ter maior atenção e agir agora de forma explícita para contornar e solucionar os impasses, para então conseguir que a greve se encerrasse. Vamos verificar a seguir com o destrinchar das edições dos dias que se seguem a formação do Comitê de Imprensa.

²⁸ Edição do dia 14/07/1917, pg 01

Observemos abaixo o conjunto das reivindicações sintetizadas por Biondi e Toledo:

“As reivindicações dos trabalhadores apresentadas pelo Comitê de Defesa Proletária eram: jornada de oito horas, semana de cinco dias e meio, fim do trabalho de crianças, restrições à contratação de mulheres e adolescentes, segurança no trabalho, pagamento pontual dos salários, aumento salarial, redução do preço dos aluguéis e no custo dos bens de consumo básicos, o respeito ao direito de sindicalização, a libertação dos trabalhadores presos durante as greves e a recontração de todos os grevistas demitidos. Essas reivindicações expressavam os interesses e necessidades dos trabalhadores e exigiam a ação tanto do Estado como dos empregadores, e nos dizem muito sobre as dificuldades da vida e do trabalho da população pobre da cidade naquele período.”²⁹

É esse o volume de exigências feitas pelo movimento, e pelo qual, mesmo após vitórias localizadas em um ou outro estabelecimento, por entenderem que a manutenção seria mais duradoura e os benefícios poderiam ser colhidos, se o volume de braços cruzados aumentasse em vez de diminuir, o que demonstra uma força de organização de classe que coloca as demais forças em posição de compreender que seria necessário negociar e buscar formas de consolidar essas reivindicações.

“Os trabalhadores não tinham, muitas vezes, nem ao menos o direito de reunião, havendo relatos na imprensa operária e memórias que revelam que nos períodos de repressão mais intensa os trabalhadores tinham que se reunir em casas de amigos, ou em matas nos arredores da cidade, ou chegavam a fazer as discussões caminhando, uma vez que qualquer reunião de pessoas poderia atrair a repressão policial. As últimas reivindicações tinham relação direta com os movimentos grevistas daquele momento: a

²⁹ BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo. Fund. Perseu Abramo. 2018 pg. 65

libertação dos trabalhadores presos durante as greves e a recontração de todos os grevistas demitidos.”³⁰

Ou seja, o que vemos sobre repressão nas páginas analisadas, refletem um olhar panorâmico, que não exprime a realidade concreta, da organização dessa repressão em movimentos anteriores, e como ela é escalonada no dia a dia da greve, sempre, com justificativas de que a fagulha que acende o barril, parte unicamente de pessoas mal intencionadas, ou seja daqueles que merecem maior atenção, e sofrerão mais, como exemplo aos demais. Podemos então encaminhar essa última reflexão, por ora, compartilhada pelos autores supracitados:

“A Greve Geral de 1917 representou um ponto de divisão entre um período de desorganização das associações sindicais e outro no qual as associações desenvolveram uma estrutura consistente, uma rede de grupos mais sólida, que passou a desenvolver uma ação que se tornou mais evidente aos olhos da classe dirigente brasileira, que até aquele período tinha encarado a questão social urbana em cidades industriais como São Paulo como um fato de ordem pública.”³¹

Visto que nas edições analisadas e nas que veremos adiante, é a secretaria de segurança pública que cuidará da repressão e das tentativas de negociação, trabalhador organizado, é antes de tudo caso de polícia, afinal lutar para que exista direitos e que eles sejam assegurados de alguma maneira, é um ataque às instituições republicanas.

“Tal liberdade frente a poderes constituídos era considerada essencial para o livre exercício da crítica, vista como indispensável ao pleno funcionamento do jogo democrático. Análises a respeito da trajetória do jornal bem evidenciaram os limites e as ambigüidades desse apregoado liberalismo, cuja

³⁰ Idem, pg. 68

³¹ Idem, pg. 94

fidelidade flutuava ao sabor das circunstâncias e diminuía sensivelmente diante de riscos efetivos de transformações sócio-políticas mais profundas.”³²

E podemos complementar essa análise, com a de Khoury, com uma visão acerca do período da greve, mas ainda assim ampla sobre a imprensa:

“Mais do que nos alongarmos em observações de cunho geral, atermo-nos a características próprias aos conjuntos de periódicos em determinada conjuntura em relação a um assunto específico, pois que um jornal pode variar sua linha orientadora no decorrer do tempo, por mudanças de direção ou de proprietários, ou por qualquer outro motivo, como interesses imediatos ditados pelo momento.

Observando as diferentes posições assumidas pelos órgãos de imprensa frente às condições de vida e trabalho e frente às manifestações da população assalariada da cidade de São Paulo, no ano de 1917[...].”³³

Esse pressuposto fornece para nós uma linha de análise valiosa, e que desde o início tomamos cuidado, pois tendemos a identificar que existe uma pluralidade dentro do movimento operário já neste momento. Mas como o enfoque da pesquisa se centra no jornal O Estado de S. Paulo, acreditamos que o acesso às obras referenciadas, fará jus para a compreensão, cujo enfoque se volta para a organização e desdobramentos dela em 1917.

As edições dos dias 14 e 15 ficam em um tom de calma e ordem por parte dos operários, o que leva a um posicionamento agora de elogio e de que a situação estaria se desenrolando para um final. Já no dia 16, é declarado pelo jornal que a greve então teria tido um fim, mas temos publicado por ele um chamamento do Comitê de defesa proletária transcrito abaixo:

³² LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. in História da Imprensa no Brasil. Martins, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. Organizadoras. São Paulo. Contexto. pg. 162

³³ KHOURY, Yara Aun. As greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária. São Paulo: Cortez: Autores Associados. 1981 pg. 12

“O Comitê de Defesa Proletária expediu o seguinte boletim:

Trabalhadores: O Comitê de Defesa Proletária vos convida a celebrar a vitória da vossa causa nos comícios que hoje serão realizados e nos quais será comunicado o que, graças a vossa admirável resistência e decidida pressão, foi conseguido dos industriais e dos governantes.

O Comitê, naturalmente antes de aceitar qualquer condição, mesmo as consideradas válidas para a que retomemos o trabalho, julga seu dever expor-vos, por meio de alguns de seus membros, tudo quanto se obteve.

Com facilidade, reconhecerei que se as conquistas feitas não representam o máximo dos nossos desideratum, constituem, entretanto, uma grandiosa vitória, principalmente no que se refere ao direito de associação, vitória essa tanto mais importante, porquanto será o ponto de partida para novas e maiores conquistas.

Elas serão dentro em breve alcançadas se vós souberdes, mais do que no passado praticar a solidariedade, dispondo-vos ao activo trabalho da organização de resistência.

Meditar, operários e que vos sirva de experiência o fato que a luta ora travada e tendendo ao seu fim vitorioso, se vos tivesse encontrado fortemente organizados e preparados, vos teria custado menos sacrifício de sangue e não enlutada muitos dos vossos companheiros.

que esta luta seja o início de uma vida de fraternidade, consolidada pelos vossos organismos de defesa proletária.

Trabalhadores: Sereis vós a julgar, nos comícios de hoje, se vos aconselhamos.

Julgamos, entretanto, que retomando o trabalho nas fábricas, oficinas, obras e etc, possamos fazê-lo de frente erguida altivamente como homens conscientes de terem cumprido o seu dever e não em virtude de vaidosas presas de forças estranhas as vossas organizações. É como vitoriosos que retomaremos a vossa labuta quotidiana.

O Comitê tornando pública a vossa vitória deve registrar os esforços empregados pelos jornalistas e as garantias de apoio que os mesmos ofereceram a fim de que as vossas conquistas sejam positivamente respeitadas.

O Comitê espera encontrar-vos ainda unidos nos comícios convocados para hoje, assim como vos teve ao seu lado na luta e tem a certeza de que a manifestação de hoje constituirá uma nova e solene afirmação da força proletária.

Os operários que constituem o Comitê de Defesa Proletária congratulam-se convosco pelo feliz êxito desta primeira grande batalha do trabalho, que ficará como exemplo para todos aqueles que contra o direito à vida das classes trabalhadoras até hoje tem oposto a sua brutal resistência e a violência.

Viva, portanto, a união dos trabalhadores!

As vítimas tombadas nesta luta pela prepotência policial, consignamos a nossa saudação, fazendo votos pela fraternidade humana. O secretário, Frederico Brito.”³⁴

No dia seguinte temos as pautas que foram votadas nos comícios:

“Nos três comícios foi votada a seguinte ordem do dia:

As categorias de operários greve, reunidas em comício, ouvido o relatório do comitê de defesa proletária afirmam mais uma vez a sua solidariedade com o mesmo e deliberam a retomada do trabalho em todas as indústrias, cujos dirigentes aceitaram as bases de acordo estabelecidas continuando em greve das categorias de operários que não obtiveram e cujo patrões não pretendem subscrever os pactos para reconhecimento dos quais se empenhou e deu garantia a Comissão de Imprensa.

Os operários que voltam ao trabalho comprometem-se ao primeiro chamado de Comitê a re-encetar e intensificar a agitação se dentro do mais breve prazo indispensável e possível, não forem mantidas as promessas feitas

³⁴ Edição do dia 16/07/1917, pg 05

pelos poderes públicos e se não for resolvida, como é de justiça, a posição das categorias obrigadas a persistirem na greve.

As categorias que ditam esta ordem do dia assumem o encargo e fazem empenho para que entrementes, toda a massa proletária se organiza e aumenta a força moral e material das respectivas uniões de ofícios, estreitando-as num comum acordo.”³⁵

Esses são apontamentos, extraídos das publicações, que nos demonstram, que as resoluções que o OESP tenta quando descreve ou coloca sua visão, como solucionado, demonstra que vitórias significativas foram conseguidas, mas ainda existe negociações e pressões ainda a se manter para que em sua completude seja feita valer as reivindicações primárias, que englobam a classe como um todo. No dia seguinte, temos uma análise do desenrolar, um pouco mais aberto por parte do jornal, segue transcrição direta da edição, acreditamos ser uma boa forma de exemplificar, e trazer à tona o que tentamos expor:

“A Greve.

A situação normaliza-se. Normaliza-se aos poucos, não como quer a impaciência de muitos, mas como era natural e inevitável. Trata-se de um movimento de vastas proporções, unânime nas suas razões gerais, mas impossível de ser resolvido de uma maneira uniforme. Muito industriais dos mais importantes, puderam enquadrar as questões que tinham com os seus operários nas três ou quatro cláusulas nítidas de um acordo mútuo. Já foi uma felicidade ter-se conseguido isso, pois nem todos se achavam entre si em situação absolutamente idêntica. Subordinaram-se a uma fórmula única, porque abriram mão das restrições que cada qual advogaria se agisse isoladamente, e que no entanto se prontificaram a pôr de lado, a fim de que terminasse de pronto o período agudo de uma atuação que incomodava a toda cidade e ameaçava complicar-se ainda mais. e claro, porem, que nem todos os patrões podiam subscrever em bloco o acordo do dia 14. Uns, não estavam em condições de o fazer, em vista da natureza precária das suas

³⁵ Edição do dia 17/07/1917 pg. 05

indústrias ou em vista da exiguidade dos seus recursos. Outros, receberam mesmo dos seus operários reclamações diferentes daquelas que puderam ter uma solução comum em acordo coletivo. Outros ainda, como os proprietários de tipografias, os empreiteiros de obras, os fabricantes de móveis, sendo representantes de classe numerosa, não podiam deliberar sem primeiro entrar em combinação com os seus colegas e concorrentes.

Enfim, se havia um movimento geral do operariado, não havia um problema único a resolver, oferecendo uma só face para todos os trabalhadores e uma só face para todos os patrões e era inevitável que muitos casos se prolongasse ainda, a depender de discussões mais ou menos fáceis e rápidas, mais ou menos dificultosas e lentas. E o que se tem dado, entretanto, depois do dia 15 em que finalizou a missão conciliadora dos jornalistas com a conclusão do tríplice acordo, não só tem crescido bastante o número dos industriais que o firmaram sem restrições na parte que lhes toca, como tem argumentado grandemente em particular com os seus operários eliminando as questões especiais que lhes tinham sido apresentadas. Juntem se esses todos aqueles que se acham em vias de aplainar as últimas dificuldades, os quais não são poucos e reconhecer-se-á que o núcleo dos irreduzíveis de ser relativamente bem pequeno.”³⁶

Com isso, podemos tentar posicionar o papel da imprensa, e nele aglutinar o que O Estado de S. Paulo teve como participação, já que pelo que podemos acompanhar, tentou mostrar uma certa autonomia e liderança quando da criação do Comitê de Imprensa.

De acordo com Lopreato:

“As primeiras agitações por aumento de salário foram apreciadas como uma questão de direito operário e de justiça social por uma parcela significativa dos principais jornais em circulação diária em São Paulo. A greve era vista como a manifestação de um direito e um meio legítimo de pressão. O problema aventado pelos jornais era a existência de uma legislação no trabalho e de um tribunal de arbitragem para resolver os conflitos entre

³⁶ Edição do dia 18/07/1917 pg. 05

patrões e empregados. Por outro, algumas matérias jornalísticas apontaram para a lucratividade que alguns setores industriais, como o têxtil por exemplo, tiveram após a eclosão da guerra europeia em virtude do aumento da demanda pelos seus produtos. O aumento da produção, resultante em grande parte da intensificação da exploração do trabalho - principalmente infantil e feminino -, rendeu ganhos financeiros aos patrões mas, ao mesmo tempo, agravou a já precária situação do operariado. Os salários de um modo geral, mantiveram-se no mesmo patamar de 1914, enquanto os preços dos bens de primeira necessidade elevaram-se de forma assustadora.”³⁷

E a autora complementa com um grande panorama do movimento grevista:

“Com a eclosão da greve geral, a imprensa acompanhou o desenrolar dos acontecimentos que marcaram, de forma trágica, a semana de 09 a 17 de julho de 1917. Foi um importante veículo de divulgação dos manifestos e boletins do Comitê de Defesa Proletária que orientaram os passos dos grevistas e também dos avisos e boletins das autoridades policiais. Possivelmente, em virtude de um acordo com Eloy Chaves, secretário da Justiça e Segurança Pública, os jornais evitaram divulgar informações sobre o número de vítimas, registrando somente as três mortes oficialmente reconhecidas. A comissão de Imprensa, formada pelos representantes dos principais jornais de circulação diária em São Paulo, encarregada de intermediar as negociações, exerceu o papel de árbitro no conflito entre a capital e o trabalho. Funcionou como quarto poder, o único a ser aceito pelo Comitê de Defesa Proletária para intermediar as negociações entre os representantes dos trabalhadores, dos industriais e do governo. Demonstrou ter força política capaz de superar as barreiras que impediam um acordo entre as partes litigantes e teve papel decisivo na formulação do acordo que suspendeu a greve geral.”³⁸

³⁷ LOPREATO, Christina Roquette. O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Anablume, 2000. pg. 203

³⁸ Idem, pg. 203

O que Lopreato nos apresenta, são noções mais amplas de como a imprensa como um poder paralelo, em formação dentro desse período de modificação das forças produtivas, e das disputas políticas que agora tornavam-se mais intensas e com características novas, para um país que começava a se industrializar, com massiva mão de obra estrangeira, há pouco saído de um regime de escravização, e ainda estreitamente ligada à produção agrícola, as ligações de quem compunha essa imprensa não poderia deixar de perpassar por essas questões, e o OESP não poderia fugir a isso. Afinal, ele não era absolutamente um veículo produzido pela classe operária, mas sabia que não poderia, ao menos naquele período, ignorar quando esta se movimenta e move as profundezas e alicerces da estrutura social, que para eles estava fundamentada de forma que isso era impensável, ou melhor, seria melhor não imaginar até ter que lidar de forma concreta, para evitar um possível colapso da estrutura.

Ao analisar o OESP no contexto da greve, Weinstein argumenta que:

“As atitudes de O Estado em relação às diferentes greves não dependem somente de suas opiniões sobre as reivindicações e conduta dos operários, mas também, implícita ou explicitamente, de suas opiniões a respeito das ações dos patrões e políticas do governo em relação aos grevistas. [...] o tipo de tratamento que um movimento particular da classe operária receberia do jornal era frequentemente independente dos assuntos reais de greve. Além disso, a opinião de OESP acerca do papel do governo nesses assuntos também dependia bastante dos grupos econômicos envolvidos, e vice-versa. O exemplo mais claro é a greve ferroviária de 1906, na qual o apoio firme do jornal para a restauração do serviço dos trens levou-o a ignorar totalmente os descontentamentos dos operários e a tolerar os atos mais brutais da repressão.”³⁹

³⁹ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. Apêndice - WEINSTEIN, Barbara. Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária A cobertura da greve em O Estado de S. Paulo - 1902/1917. São Paulo. Ed. Alfa-Omega 1980.pg. 164

O que nos coloca agora a encaminhar nossa análise mais estritamente, ou melhor, para além dos eventos descritos anteriormente é de suma importância para essa breve pesquisa. Acreditamos que podemos encarar a nossa fonte, como membro e representante da elite paulista, composta pelos industriais, que começavam a formar uma burguesia industrial de importante impacto social nos anos que se seguem, mas também e durante ainda um bom tempo, a elite rural, baseada sobretudo na cafeicultura será um importante lastro e foco de atenção para O Estado, seja na forma como a economia está sendo conduzida, se os grupos políticos que se alinham, estão no controle ou na oposição. E se os trabalhadores, em movimentos organizados, grandes ou pequenos, quando incomodam, o setor atingido é o que dará o norte da forma de absorção e divulgação dos fatos e as opiniões vindas do periódico.

Weinstein segue argumentando que:

“O Estado (de São Paulo) parece ter geralmente encarado os industriais como carentes de impulsos paternalistas tradicionais para com seus empregados. Por outro lado, os operários eram encarados como fracos, sem poder, e sem defesas efetivas contra seus exemplares. Naturalmente, sua exploração era essencial para o funcionamento da economia de São Paulo, mas o Estado poderia, não obstante, colocar alguns limites na sua degradação. Entretanto, a simpatia de OESP pela má condição dos operários normalmente se evapora tão logo o proletariado exibia qualquer coisa além da fraqueza e dependência, desnecessário dizer que isso e como que uma caricatura das opiniões do jornal a respeito dos dois grupos, mas, como generalizações, é essencialmente correta.”⁴⁰

Ao voltarmos para as análises das edições aqui escolhidas, a definição apresentada por Weinstein corrobora a visão do alto, e o posicionamento ambíguo mantido durante toda a greve em suas colunas. Demonstrando nas entrelinhas que a resolução do conflito, principalmente quando a ação direta dominou o ponto crítico às ações dos grevistas, o desejo de que tudo retornasse a uma suposta normalidade

⁴⁰ Idem, pg. 173

era como uma necessidade de proteção à propriedade e a um suposto desenvolvimento.

Weinstein segue em suas reflexões:

“[...] quais eram as ramificações das atitudes de O Estado de S. Paulo e a condição da elite paulista em geral para com os primeiros movimentos operários no Brasil. Havia grandes divisões dentro daquela elite, ou o aparecimento de novos grupos que procuravam tornar-se aliados do proletariado? Era a classe operária paulista considerada um aliado político viável? Algum conflito sério se desenvolveu nesse período sobre as condições de trabalho e legislação repressiva?

Eu daria uma resposta negativa geral para as três questões. Enquanto a classe alta de São Paulo estava longe de ser homogênea, nenhum desacordo era suficientemente sério a ponto de fazer com que algum grupo tentasse reorganizar o sistema político existente. Na verdade, em virtude dos mecanismos altamente restritivos (e como diria mesquita, não-democráticos) da máquina política da República Velha, precisaria haver mais do que pequenas crises para estabelecer um movimento dissidente que ameaçasse as regras do jogo através de uma aliança com os grupos de classes mais baixa.”⁴¹

Esse trecho da análise feita por Weinstein é muito claro com a posição que ocupava OESP dentro da sociedade paulista, a qual defendia muito, talvez a disputa mais séria seja, como já foi dito, após os membros da direção do jornal se afastarem do Partido Republicano, ou fazerem parte de grupos dissidentes dentro do partido, que dominava a política no período, seja muito uma luta pela proeminência que esteja em jogo, e pelas circunstâncias brasileira, sua industrialização tardia, uma democracia ainda incipiente, a luta por se posicionar e estabelecer a sua visão dentro do partido, ou fora dele, como forma de pressão, talvez seja a tônica que leva à abordagem que o periódico teve durante a greve geral. Como a própria autora destaca, na análise da imprensa, sempre é necessário prestar atenção ao que não é dito,

⁴¹ Idem. pg. 173

por exemplo a não atenção dispensada à repressão e caça às lideranças após fim da greve, é uma escolha feita pelo OESP, afinal o distúrbio que essas lideranças causaram, e que em alguns momentos eles tendem a apoiar naquele momento, não teria porque preocupar seus leitores e financiadores, frente que já realizaram seu papel de quarto poder em um momento para eles decisivo.

Mas os impactos que a classe operária causou é muito significativo, a forma como se escalonou a violência e repressão, mesmo que omitida nas páginas das edições analisadas, a inércia governamental, talvez, por não compreender e saber naquele momento como contornar a situação, fez com que nas páginas do OESP, ficasse, mesmo sem a intenção o poder que a organização e consciência de classe podem provocar, seja em greve, ou em uma insurreição, que a grande imprensa provavelmente não compreenderá seu papel, se o seu local de poder lhe for negado, o que não foi o caso com julho de 1917.

Para Toledo e Biondi:

“Os valores e comportamentos veiculados por esses movimentos foram capazes de questionar e desconstruir hierarquias sociais consolidadas e uma mentalidade tradicional que pretendia condenar a maior parte dos trabalhadores a permanecer fora da política, institucional ou não.

As reivindicações operárias eram também um esforço de democratização da sociedade, porque muitas as lutas não visavam somente melhorar salários e reduzir jornadas de trabalho, mas assegurar o direito à própria existência, ou seja, garantir condições de democracia e de cidadania nas quais o movimento e a organização dos trabalhadores pudessem ser reconhecidos como um elemento legítimo na sociedade.”⁴²

⁴² BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo. Fund. Perseu Abramo. 2018 pg. 114.

- **Conclusão.**

1917 foi um ano muito marcante, que a depender do que se analise, ou busque conhecer terá eventos que reverberam durante todo o restante do século XX, como a Primeira Guerra, a Revolução de Outubro e a Greve Geral de 1917, um ano que passou por muitas agitações do movimento operário, e muitas mudanças nesse fim da segunda década do século atingiram a imprensa de forma que ela passa a encarar sua posição com um novo olhar.

O Estado de S. Paulo se mostrou nesta pesquisa, quando analisamos o objeto mais circunscrito da greve na cidade de São Paulo, podemos compreendê-lo como participante ativo da vida pública, compunham a chamada grande imprensa, e perdura até os dias atuais. Como o título da monografia sugere, a melhor definição seria que o grupo de pessoas que compunham aquele período o jornal, e escreviam em suas colunas, como parte de uma setor da sociedade, que permanece vinculada aos antigos membros da elite econômica, mas que se moderniza e critica aqueles que não aparentam entender que estão ocorrendo mudanças nos paradigmas que atingem esse grupo social, a classe que antes detinha o controle econômico oriundo do campo, agora tinha que disputar ou tentar se industrializar para acompanhar as mudanças que o novo século lhes propunha, mas como parte desse elite esclarecida, precisavam brigar internamente com os membros, seus iguais que ainda eram fortalecidos e fortalecem, o que até 1889 era a oposição, se tornavam agora, o que não surpreende, conservadores do status quo, e lutam para se solidificar em suas posições, mas aparentemente não contavam que os processos

inevitáveis de adensamento do capitalismo industrial, acelerado pela guerra, lhes levaria a enfrentar a classe operária, suas ideologias, formas de organização e ação. Tentamos destrinchar através da leitura crítica das edições que cobriam os dias em que a greve se passou, tentando identificar elementos mais comuns, como ocorreu. Quase nunca trabalhadores eram identificados, geralmente em casos de feridos e mortos, obviamente não foi investigado e nem divulgado pelo OESP as mais de 200 mortes ocorridas nos confrontos com a polícia. As lideranças escolhidas pelos operários no Comitê de Defesa Proletária, não são identificados, ficamos com a impressão de uma instituição sem rosto. Provavelmente seria muito arriscado humanizar os trabalhadores a esse ponto, a ambiguidade é como vimos, muito necessária.

Os ataques à política e seus atores são sempre muito vagos, mas as críticas ao movimento quando os confrontos se intensificam, e o número de pessoas que aderem ao movimento se torna incontornável, a investida para se mostrar como alternativa é a nosso ver a única forma, de para além de noticiar, fazer parte como integrante e portador de um poder social, com a comissão de imprensa

A temeridade se faz justificada, visto o avanço da organização dos trabalhadores pode fazer, e proporcionar, mesmo tendo que aguentar uma repressão ainda mais violenta após o fim da greve, vai reverberar, pelo menos para a classe operária naqueles anos que se seguem, uma melhor organização, estruturação dos sindicatos, e de como uma greve feita com apoio de classe pode incomodar e assim as lutas ainda mais profundas podem ser vislumbradas, a depender da ótica que analisemos.

Portanto podemos observar, nesta breve pesquisa, que nos debruçamos e dedicamos atenção, que o jornal O Estado de S. Paulo, compunha, e ainda compõe, a elite econômica, política e social não só na cidade de São Paulo, mas atualmente com abrangência muito maior. Em seu posicionamento liberal, se propôs, naquilo em que tivemos acesso para análise, estar até certo ponto alegando à justiça que as pautas operárias tinham, desde que seguissem protocolos de comportamento restritos, que não balançasse nenhuma estrutura. Não seriam permitidas rachaduras mais profundas.

Mas quando ocorreu o rompimento disso, a busca por uma solução, que se sabia não era apenas imediatista, reverberar e seria necessário acompanhar se haveria mudanças mais nas circunstâncias na vida da massa trabalhadora.

Contudo acreditamos, que ainda há muito a ser explorado dentro desse tema, como o que já foi levantado, a ausência de cobertura dos processos de expulsão, e também as disputas políticas nos debates e ataques, onde rebateu-se acusações após a greve, contra o jornal Correio Paulistano, órgão da imprensa que é a voz do Partido Republicano Paulista. O que demonstra que ainda existem possibilidades de análise, que podem corroborar com a que expusemos aqui como trazer novos pontos a serem debatidos.

Referência Bibliográfica

BIONDI, Luigi. TOLEDO, Edilene. **Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário: movimento operário de 1917 a 1921**. Campinas, Editora da Unicamp, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. O Bravo Matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. Apêndice - WEINSTEIN, Barbara.

Impressões da elite sobre os movimentos da classe operária A cobertura da greve em O Estado de S. Paulo - 1902/1917. São Paulo. Ed. Alfa-Omega 1980

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto; Edusp, 1988.

DUARTE, Paulo. **História da imprensa em São Paulo**, São Paulo, ECA/USP, 1972.

FERREIRA, Maria Nazareth. **A imprensa operária no Brasil 1880-1920**. Petrópolis, Vozes, 1978.

HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Era dos extremos. O breve século XX, 1914 - 1991.** São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista.** São Paulo: Annablume, 2000.

LUCA, Tânia Regina de. **A história do, nos e através dos periódicos.** Em Fontes Históricas. (Org.)Carla B. Pinsky. São Paulo: Contexto, 2010.

LUCA, Tania Regina de. **A grande imprensa na primeira metade do século XX.** in História da Imprensa no Brasil. martins, Ana Luiza; LUCA, tania Regina de. Organizadoras. São Paulo. Contexto.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.